

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA FORMATIVA E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES CONTINUADAS

Tânia da Silveira Foletto

Universidade do Estado de Santa Catarina

Cléia Demétrio Pereira

Universidade do Estado de Santa Catarina

RESUMO. Este relato de experiência apresenta a ação de extensão “Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, realizada a distância, com o objetivo de promover a formação continuada de professores da educação básica para atuação em salas de aula comuns. Fundamentada na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e na Lei Brasileira de Inclusão (2015), a iniciativa buscou responder à necessidade de formação docente frente às demandas da inclusão escolar. A metodologia envolveu a oferta de curso formativo, com conteúdo voltado à prática pedagógica inclusiva e uso de recursos virtuais de aprendizagem, articulando ensino, pesquisa e extensão. O público abrangeu professores, acadêmicos e demais profissionais da educação, contando com apoio de parcerias institucionais. Os resultados evidenciam o fortalecimento da prática inclusiva, a valorização da extensão universitária como espaço de formação e a proposição de novos cursos e reafirma o compromisso da universidade com a educação escolar como um direito de todas as pessoas.

Palavras-chave: Formação continuada. Educação Especial e Inclusiva. EaD. Políticas Públicas.

ABSTRACT. This experience report presents the university extension initiative “Special Education from the Perspective of Inclusive Education,” conducted remotely, with the aim of promoting continuing professional development for basic education teachers to work in regular classrooms. Grounded in the National Policy on Special Education from the Perspective of Inclusive Education (2008) and the Brazilian Law for the Inclusion of Persons with Disabilities (2015), the initiative sought to address the need for teacher education in response to the demands of school inclusion. The methodology involved offering a training course whose content focused on inclusive pedagogical practice and the use of virtual learning resources, integrating teaching, research, and extension. The target audience included teachers, university students, and other education professionals, supported by institutional partnerships. The results show the strengthening of inclusive practice, the recognition of university extension as a space for professional development, and the proposal of new courses; they also reaffirm the university’s commitment to school education as a right of every person.

Keywords: Continuing Professional Development. Special and Inclusive Education. Distance Education. Public Policies.

RESUMEN. Este relato de experiencia presenta la acción de extensión universitaria “Educación Especial en la Perspectiva de la Educación Inclusiva”, realizada a distancia, con el objetivo de promover la formación continua de docentes de la educación básica para su desempeño en aulas comunes. Fundamentada en la Política Nacional de Educación Especial en la Perspectiva de la Educación Inclusiva (2008) y en la Ley Brasileña de Inclusión (2015), la iniciativa buscó responder a la necesidad

de formación docente ante las demandas de la inclusión escolar. La metodología implicó la oferta de un curso formativo, con contenidos orientados a la práctica pedagógica inclusiva y al uso de recursos virtuales de aprendizaje, articulando docencia, investigación y extensión. El público abarcó docentes, estudiantes universitarios y otros profesionales de la educación, contando con el apoyo de alianzas institucionales. Los resultados evidencian el fortalecimiento de la práctica inclusiva, la valorización de la extensión universitaria como espacio de formación y la proposición de nuevos cursos, y reafirman el compromiso de la universidad con la educación escolar como un derecho de todas las personas.

Palabras clave: Formación continua. Educación Especial e Inclusiva. Educación a Distancia (EaD). Políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui-se como uma abordagem ética, social e legal, essencial para a construção de uma sociedade equitativa. Mais do que garantir a matrícula de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação em classes comuns, ela exige uma reestruturação do sistema educacional, abrangendo aspectos estruturais, metodológicos e, sobretudo, a formação docente (Sassaki, 2006). Trata-se de assegurar a cada indivíduo o direito inalienável à educação, reconhecendo a diversidade como elemento constitutivo da condição humana.

No Brasil, a inclusão escolar vem sendo consolidado progressivamente, por meio da Constituição Federal de 1988, que assegurou o direito universal à educação, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996) destinou capítulo específico à Educação Especial, reforçando a responsabilidade do Estado. Posteriormente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) redefiniu o público-alvo da modalidade, orientando os sistemas de ensino a garantir acesso, permanência e aprendizagem de todos os estudantes no ensino comum. Essa política também introduziu diretrizes como o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a acessibilidade universal e a formação continuada dos professores.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015) consolidou esses avanços ao reafirmar a educação como direito humano fundamental, em consonância com a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada no Brasil com força constitucional. Nessa perspectiva, a acessibilidade assume caráter multidimensional: arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica, curricular e atitudinal. Entre essas, a acessibilidade curricular destaca-se por exigir estratégias pedagógicas que respeitem as singularidades dos estudantes e promovam a participação plena no processo educativo.

Dados recentes reforçam a relevância desse compromisso. O Censo Escolar (INEP, 2022) registrou cerca de 1,3 milhão de matrículas de estudantes público da Educação Especial na Educação Básica. Contudo, apenas 36% estavam vinculados ao AEE, revelando a insuficiência do suporte especializado e a necessidade de preparar todos os professores para atuar em salas heterogêneas. Nesse contexto, a formação continuada constitui requisito central para efetivar a inclusão.

Foi nesse cenário que se estruturou o curso “Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, ofertado na modalidade a distância pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em parceria com a CAPES/UAB. Seu objetivo foi suprir lacunas formativas, qualificando professores da Educação Básica para lidar com a diversidade escolar. A iniciativa, realizada no âmbito da extensão universitária, buscou instrumentalizar os educadores com fundamentos teóricos e práticas inclusivas, ampliando seu repertório para garantir o direito à aprendizagem de todos. O relato dessa experiência insere-se no eixo “Formação Docente para Atuação na EaD”, apresentando seus resultados, desafios e possibilidades de continuidade como modelo de ação universitária em prol da inclusão escolar.

2 DESENVOLVIMENTO

O processo de construção de uma educação inclusiva passou, inevitavelmente, pela qualificação e ressignificação da práxis docente. Nesse cenário, a experiência formativa “Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, ofertada pela UDESC em parceria com a CAPES/UAB, destacou-se como ação estratégica de extensão universitária. Concebida integralmente na modalidade de Educação a Distância (EaD), a iniciativa teve como público-alvo professores da Educação Básica atuantes em salas comuns, impactando diretamente 1.695 cursistas, organizados em 34 turmas. A proposta curricular, fundamentada nos princípios da inclusão e na pedagogia da autonomia (Freire, 1996), articulou teoria e prática ao longo de cinco módulos temáticos, priorizando a construção ativa de saberes.

Apesar de sua relevância, o percurso foi permeado por desafios típicos de programas de grande escala e da modalidade EaD, tais como instabilidade da plataforma tecnológica, índices de evasão, dificuldades de comunicação em ambientes virtuais e

sobrecarga de trabalho docente. A coordenação do curso, no entanto, manteve postura proativa, pautada na escuta ativa e em intervenções adaptativas, promovendo reuniões de alinhamento contínuas e ajustes pedagógicos que minimizaram os impactos das dificuldades.

Os resultados revelaram-se expressivos, considerando que 447 cursistas concluíram a formação com apropriação significativa dos conteúdos e transformação em suas práticas pedagógicas. Muitos relataram mudanças profundas em planejamento, avaliação e interação com estudantes público-alvo da Educação Especial. Um dos impactos mais evidentes foi a ampliação da compreensão sobre os processos de alfabetização, reafirmando a necessidade de considerar as singularidades cognitivas, sensoriais, emocionais e socioculturais de cada estudante, em consonância com a perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1998). Nesse sentido, o curso forneceu subsídios teóricos e metodológicos para que a alfabetização fosse tratada como direito inegociável, garantido por práticas pedagógicas democráticas e inclusivas.

A experiência consolidou o papel da universidade como elo transformador entre ciência e sociedade. Através da extensão universitária, promoveu-se não apenas a atualização de saberes docentes, mas também a conscientização sobre os direitos educacionais e o fortalecimento da escola inclusiva como espaço de cidadania. Além disso, incentivou-se o trabalho colaborativo entre educadores, ampliando redes de apoio e práticas pedagógicas humanizadas.

Com base nesses aprendizados, delineou-se a proposição de um curso de extensão ampliado, também intitulado *“Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”*. Estruturado em 120 horas, organizadas em quatro módulos (Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão; Desenvolvimento Humano e Aprendizagem; Currículo, Tecnologias e Práticas Inclusivas; e Recursos e Materiais Inclusivos), o curso buscou aprofundar a indissociabilidade entre teoria e prática. Utilizou metodologias diversificadas, leitura de materiais acessíveis, estudos de caso, webconferências, atividades síncronas e assíncronas, com suporte de tutores qualificados, na proporção de um para 50 cursistas. Previu ainda recursos de acessibilidade, em conformidade com as diretrizes WCAG 2.1 e E-MAG, e a meta de alcançar 5.000 professores, abrangendo os 295 municípios catarinenses.

A legitimidade do projeto fortaleceu-se por uma rede de parcerias internas e externas. Internamente, contou com laboratórios e núcleos como o Multi.Lab.EHAD, o Profei, o NAE, o LabDH, o LEdI e o NEAB, que contribuíram com suporte técnico-pedagógico e logístico. Externamente, a articulação com consórcios municipais e órgãos de fomento ampliou o alcance da formação, levando conhecimento universitário a diferentes regiões do estado. Essa cooperação interinstitucional consolidou a proposta como modelo de ação em rede.

O curso reafirmou ainda a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Demo, 2000). No ensino, qualificou currículos de licenciaturas ao possibilitar aproveitamento de créditos e experiências práticas. Na pesquisa, abriu campo para a produção de dissertações, artigos e relatórios técnicos a partir dos dados coletados e da interação com milhares de educadores. Na extensão, cumpriu seu papel social ao responder a uma demanda urgente da sociedade: a formação docente para a inclusão.

Em síntese, a experiência formativa demonstrou que iniciativas universitárias de grande alcance podem contribuir de modo decisivo para a democratização da educação. Ao instrumentalizar professores com referenciais teóricos e metodológicos, o curso não apenas respondeu às diretrizes legais da inclusão (Brasil, 2008; Brasil, 2015), mas também promoveu práticas pedagógicas orientadas por ética, solidariedade e cidadania. O fortalecimento dessa proposta evidenciou o compromisso da universidade pública em atuar como agente de transformação social, reafirmando a centralidade da formação continuada para efetivar o direito de todos à educação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência formativa do curso *Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* reafirma a relevância de iniciativas que aproximam professores da educação básica das discussões contemporâneas sobre diversidade, acessibilidade e inclusão. Os desafios, como instabilidade tecnológica e necessidade de mediação pedagógica mais próxima, foram incorporados como aprendizados, resultando em aprimoramentos significativos, com recursos acessíveis e acompanhamento qualificado.

O curso destaca-se por articular teoria e prática, abordando Direitos Humanos, Desenho Universal para a Aprendizagem e Tecnologias Assistivas, oferecendo aos educadores ferramentas concretas para promover ambientes que valorizem estilos,

ritmos e singularidades dos estudantes, com especial atenção à alfabetização de pessoas com deficiência. A integração com laboratórios, grupos de pesquisa e instituições parceiras amplia seu alcance e legitimidade, consolidando-o como referência em formação continuada. Mais que uma oferta de capacitação, o projeto se configura como ação transformadora da universidade pública, fortalecendo o compromisso com uma escola inclusiva que assegure participação plena, desenvolvimento integral e cidadania ativa a todos, em consonância com a Agenda 2030 da UNESCO e as políticas nacionais de inclusão.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 jul. 2025.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no mundo globalizado**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 144 p.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2022**. Notas Estatísticas. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2022>. Acesso em: 25 jul. 2025.

ROSE, David H.; MEYER, Anne. **Teaching Every Student in the Digital Age: Universal Design for Learning**. Alexandria, VA: ASCD, 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Sobre os autores

Cléia Demétrio Pereira

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo/UDESC), licenciada em Matemática - habilitação em Física (1989). Especialista em Estatística e Modelagem Quantitativa (UFSM, 1996). Servidora pública UDESC e Coordenadora de tutoria EAD no Curso de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva CAPES/UAB. .

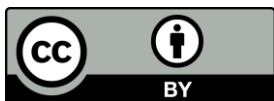
E-mail: tania.foletto@udesc.br

Cléia Demétrio Pereira

Doutora em Ciências da Educação (Universidade do Minho, 2019), Mestra em Educação (UFSC, 2010), Pedagoga (UNISUL/2002) e Letras (UNIMES/2012). Professora Associada da UDESC/CEAD. Atua no curso de Pedagogia e nos programas de pós-graduação: Especialização em Educação Inclusiva; Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede (PROFEI/UDESC) e Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UDESC). Coordenadora de área do PIBID.

E-mail: cleia.demetrio@udesc.br

Licença de acesso livre



A **ESUD | CIESUD | SIGATEC** utiliza a [Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](#), pois acredita na importância do movimento do acesso aberto ao conhecimento.